

SERVIÇO SOCIAL NA MODERNIDADE TARDIA: QUE *EMPOWERMENT* É POSSÍVEL?

Carla Pinto

Docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/UTL;

Doutoranda em Sociologia (ISCSP/UTL);

Mestre em Sociologia; Licenciada em Política Social (ISCSP/UTL)

Email: cpinto@iscsp.utl.pt

Resumo: O objectivo desta comunicação é partilhar algumas reflexões à volta do conceito de empowerment, que temos vindo a desenvolver no âmbito de uma dissertação de doutoramento sobre as representações e práticas do empowerment dos trabalhadores sociais portugueses.

O Empowerment aparece-nos como valor, princípio político e técnico/ metodológico e como instrumento das políticas sociais e do trabalho social. Todavia, a rosa tem espinhos: o conceito revela-se polissémico, multidisciplinar, multidimensional, e também ambíguo, controverso, diferentemente entendido e experienciado pelos sujeitos. Não raras vezes o empowerment apresenta-se mais como *slogan* legitimador das acções no plano teórico, e menos como uma prática de intervenção com identidade própria.

Perante diversos entendimentos de empowerment possíveis, é relevante reflectir sobre que tipo de empowerment é efectivamente desenvolvido pelos profissionais no terreno. Esta questão sobre a prática profissional remete-nos para a missão do próprio serviço social. No contexto difícil da modernidade tardia no qual vivemos e trabalhamos, que prática de serviço social é possível e qual a desejável? Que empowerment queremos? Que empowerment é possível com os condicionamentos sócio-políticos actuais?

Palavras-chave: Empowerment, Serviço Social, modernidade tardia.

“When most people agree with you, worry.”

(Rappaport, citado em Perkins, Zimmerman 1995:572)

1. Introdução

O trabalho social reflecte necessariamente o contexto societal no qual se (re)produz. Uma praxis profissional que teve desde o seu início uma missão de intervenção/reordenação do social não pode deixar de expressar intensamente todos os dilemas e tensões sociais que a envolvem. É certo que a sociedade contemporânea vive um período conturbado de transformação civilizacional: sabemos que já não estamos numa sociedade de modernidade industrial, mas

ainda não é claro o que virá a seguir, pois está ainda em vias de o ser. As rápidas mudanças sociais que experimentamos diariamente não param de transformar o entendimento do social, sem que se cristalize uma imagem clara e coerente. Também o Passado, que rapidamente simplificamos ao analisá-lo, não era tão coerente e “límpido”. Apenas tendemos a apreendê-lo dessa forma, depurada e, como tal, mais legível enquanto realidade. Mas não nos pudemos esquecer que essa aparente simplicidade nunca acontece: o que parece homogeneizado, não o é, se procurarmos mais atentamente todas as tensões, conflitos e idiossincrasias que a vida em colectivo sempre produz. Cada época é melhor ou pior a disfarçar as diferenças, passando uma imagem social coesa e mais facilmente compreensível, porque simplificada. Mesmo que os dominadores escrevam a história, não quer dizer que os dominados deixem de existir.

O trabalho social nunca foi tema simples. Sempre foi discutível, ambíguo, em tensão e conflito. Nunca parou de se (re)criar, e é isso mesmo que faz agora. Face a um mundo conturbado, transitório, incerto, ambivalente, em que mil opostos convivem, mais ou menos pacificamente, o trabalho social procura, de novo, um discurso vencedor, legitimador e estruturante.

Cremos que o conceito de empowerment desempenha um papel importante neste processo, pois remete-nos não só para as questões da praxis, mas também para as da teoria, e da filosofia do trabalho social.

Num artigo de 1996, o canadiano Yann Le Bossé falava do empowerment como de uma utopia tomada a sério (Bossé, 1996). Gostaríamos de retomar esta ideia para reflectirmos. Não será o empowerment uma utopia do serviço social? Um desejo (ir)realizável do discurso predominante do serviço social? Até que ponto os trabalhadores sociais são formados académica e profissionalmente para poderem realizar o ideal de empowerment (bem como outros difíceis ideais humanistas)?

2. Definindo empowerment

O termo “**empowerment**”¹ encontra-se hoje quase omnipresente nos mais variados domínios de reflexão e de acção. O Empowerment aparece-nos como **valor**, **princípio** político e técnico / metodológico e como **instrumento** do trabalho social. Encontramos o empowerment como princípio das políticas sociais,

¹ Consideramos que é preferível não traduzir este termo, comumente aceite nos discursos políticos e académicos na sua versão inglesa. Contudo, se o desejarmos traduzir para português, os termos que nos parecem mais correctos serão os de “empoderamento”, “empoderar” ou “empoderado”, pois são a tradução mais fiel ao sentido básico do termo em(power)ment, que tem a noção de “poder” como central. Daí Yann Le Bossé também defender a tradução de empowerment em francês com a expressão “poder de agir” (Bossé, 2003).

nacionais, da União Europeia e em múltiplas Declarações de princípios e de acção internacionais.

A abordagem centrada no conceito de *empowerment* remonta (pelo menos de uma forma mais consciente e programática) a finais da década de 1970, nos EUA, e a partir do final da década de 1980 assistimos à sua implementação e aceitação como **paradigma**, cada vez mais dominante, no serviço social e noutras profissões de ajuda² (Adams 1996, Perkins, Zimmerman 1995, Pinto 1998). Dificilmente conseguimos escapar ao conceito. Todavia, a rosa tem espinhos: o conceito revela-se polissémico, multidisciplinar, multidimensional, e também ambíguo, controverso, diferentemente entendido e experienciado pelos sujeitos. Revela-se como uma verdadeira constelação de definições.

Não é de todo nossa intenção dizer o que o *empowerment* “deve ser”, qual a definição correcta e a menos correcta. O *empowerment* é um conceito “escorregadio” a definições, contestado e polémico. A sua ambiguidade é bem evidente quando nos situamos num plano das ideologias políticas (Adam 1996; Zippay 1995). Quer a “direita”, quer a “esquerda” utilizam o *empowerment* nos seus discursos e políticas sociais e económicas, mas a operacionalização do conceito não é semelhante: acabam por partilhar um termo e não um conceito. A primeira posição prefere enfatizar o *empowerment* dos indivíduos face ao poder do Estado, enquanto que a segunda perspectiva tem um entendimento sobretudo colectivo do conceito, enfatizando o seu sentido de transformação social. Mas no plano das práticas de *empowerment*, nota-se igualmente muitas vezes uma discordância entre os autores teórico-académicos e as práticas de terreno (Ninacs 1995).

Inicialmente, o aparecimento do conceito de *empowerment* na intervenção social esteve ligado a intervenções mais alternativas. Contudo, o desenvolvimento do conceito levou-o a ser adoptado pelo *mainstream* académico e político, sendo actualmente um conceito “confortável e inquestionável”, e dando lugar, não raras vezes, a uma fluida “retórica do *empowerment*”. De facto, a ambiguidade do *empowerment* ajuda precisamente à sua utilização generalizada, mas muitos autores temem que neste processo de adopção geral o *empowerment* tenha perdido as suas características essenciais, de natureza mais radical (Bossé, 1996).

Definimos noutra ocasião o *empowerment* como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”

² Um novo paradigma em oposição ao denominado “modelo médico” ou paradigma do tratamento (ADAMS 1996; Pinto 1998).

(Pinto 1998:252). Uma outra definição que gostaríamos de referir é a do Cornell Empowerment Group que apresenta o empowerment como “um processo intencional contínuo centrado na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica, ética de cuidados e participação grupal, processo pelo qual pessoas a quem falta uma parte igual de recursos valorizados ganha um acesso acrescido e maior controlo sobre esses recursos” (citado em Perkins, Zimmerman 1995:570). Em menos palavras, uma outra definição, a de Atkinson (1999), para quem o empowerment é entendido como transformação das relações de poder e dominação subjacentes à produção da desigualdade e desvantagem social.

Como podemos notar em apenas estas três definições (de um total muito alargado de possíveis definições), qualquer conceptualização de empowerment radica não só no conceito de poder³, mas também na constatação dos diferenciais de poder que existem nas sociedades e de uma valoração axiológica desses diferenciais. O empowerment implica a possibilidade real de mudar os desequilíbrios de poder, seja a nível individual ou colectivo. O empowerment é, portanto, um conceito “radical”. Acredita-se na mudança (mais social ou mais individual), acredita-se que o futuro pode, e deve, ser construído pelos indivíduos.

O empowerment é, simultaneamente, um valor e um modelo teórico de compreensão dos processos de exercício de controlo e de influência sobre as decisões que afectam a vida dos sujeitos, com as consequentes orientações para a prática desses processos (Zimmerman 2002 b). Enquanto valor, o empowerment direcciona-nos conscientemente para a identificação de capacidades e potencialidades, e menos para o diagnóstico de incapacidades, deficiências, ou factores

³ O poder é uma realidade omnipresente e multiforme, é um elemento “integrante na constituição das práticas sociais” (GIDDENS 2000:12). Contudo, é dos conceitos sociais mais contestados. Os diferentes significados de poder multiplicam-se. A maneira como definimos poder é dependente da posição teórica adoptada e da matriz valorativa prosseguida. Para a abordagem de empowerment, o poder tem múltiplas fontes ou naturezas, e é infinito, pois é gerado continuamente através das interacções sociais. O poder é uma relação estruturada em termos de dominação/submissão. Segundo ADRIANO MOREIRA (1979), o poder é entendido como uma relação entre a capacidade de obrigar e a vontade de obedecer. Para Giddens, “[d]o ponto de vista conceptual, o ‘poder’ encontra-se situado entre duas noções mais amplas: a de capacidade transformadora, por um lado, e a de dominação, por outro. O poder é relacional, mas só opera através da utilização da capacidade transformadora tal como esta é gerada pelas estruturas de dominação” (GIDDENS 2000:89). Deste modo, o poder implica “relações de autonomia e dependência reproduzidas através da interacção social” (GIDDENS (2000:91). Mesmo a parte com menos poder tem algum grau de autonomia, e inversamente, o mais autónomo apresenta aspectos de dependência. Foucault defende igualmente que onde existe uma relação de poder, existe resistência (SMART 1985:77). Toda a relação de poder implica uma “potencial ‘estratégia de luta’ (SMART 1985:134). Foucault defende que a relação de poder exige a presença de dois elementos essenciais: por um lado, deve existir o reconhecimento de que a parte/o Outro sobre a qual se exerce o poder é um indivíduo (ou entidade colectiva) que age; por outro lado, a existência de um leque alargado de possíveis respostas, reacções ou efeitos. Desta forma, Foucault diferencia as relações de poder da violência ou do determinismo físico.

de risco. Direcção-nos mais para a promoção do que está bem e das potencialidades na situação, e menos para o que está errado, para o que não funciona (Perkins, Zimmerman 1995; Zimmerman 2002 b).

Segundo Marc Zimmerman (2002 b), devemos ter em consideração os seguintes aspectos em termos do entendimento teórico do *empowerment*: primeiro, temos de considerar que o *empowerment* é uma variável contínua e não dicotómica (trata-se menos de uma questão de estar ou não empoderado, mas sobretudo de estar mais ou menos empoderado, num determinado contexto de espaço-tempo). Em segundo lugar, o *empowerment* varia no tempo, não necessariamente de forma linear – não é um processo que se possa dizer estar acabado. Terceiro, o *empowerment* tem de ser definido num contexto específico e numa população específica – não existe um padrão que sirva para se entender o *empowerment* em todas as situações e com todas as populações. Não temos medidas universais de *empowerment*, nem tal é desejável. Por fim, o *empowerment* é multidimensional, englobando diferentes níveis de análise, desde o individual, ao grupal, o organizacional e o comunitário. O *empowerment* individual visa as variáveis interpessoais e comportamentais dos sujeitos; o *empowerment* a nível organizacional debruça-se sobre a mobilização e oportunidades de participação dos sujeitos, e o *empowerment* comunitário visa as estruturas sócio-políticas e a mudança social (Zimmerman 2002 b).

Para Zimmerman (2002 b), os três conceitos fundamentais da teoria do *empowerment* são: a) o **controlo**; b) a **consciência crítica** e c) a **participação**. Por controlo entende-se a capacidade real ou percebida de influenciar decisões. A noção de consciência crítica refere-se ao entendimento das estruturas do poder, como os agentes causais são influenciados e se podem mobilizar recursos. A participação é entendida, por sua vez, como acção realizada no sentido de alcançar resultados desejados. Temos visto muitas vezes o conceito de *empowerment* ser entendido, e mesmo traduzido, como participação. Todavia, a participação é uma dimensão do *empowerment* que não esgota o conceito.

Em relação ao conceito de controlo, há que referir a importância da teoria da aprendizagem do comportamento de impotência (*learned helplessness theory*), do psicólogo norte americano Seligman (1975), que influenciou fortemente as práticas de *empowerment* (Payne 1991). Seligman defendeu que os indivíduos que experimentam situações onde as suas acções não têm qualquer efeito sobre o que lhes venha a acontecer são condicionadas a não esperar dos seus comportamentos resultados úteis na maioria das situações. O estado de *helplessness* é um estado psicológico que resulta frequentemente de situações incontrolláveis, isto é, situações nas quais o resultado é independente das respostas voluntárias do sujeito. Os sujeitos aprendem quando os resultados são incontrolláveis. Os efeitos desta aprendizagem sentem-se ao nível das motivações (nomeadamente na motivação para iniciar respostas voluntárias noutras situações), aprendiza-

gem (deficits na capacidade de aprendizagem de novos comportamentos e de re-associação entre comportamentos e resultados esperados), e emoções (o indivíduo começa por temer a situação que não consegue controlar, mas, ao aperceber-se que nada do que faça terá efeito, torna-se ansioso, desesperado e resignado – o comportamento de impotência torna-se geral). Seligman (1975) reflectiu na aplicação da sua teoria a várias situações sociais, em particular em contextos educacionais e de pobreza. Uma vez que a pobreza diminui as escolhas efectivas de resposta para os sujeitos, estes são frequentemente expostos a situações incontrolláveis ao longo da vida, e em particular durante a infância. Em consequência dos efeitos da aprendizagem da impotência, as populações pobres podem não “ver” as oportunidades, as alterações das regras e a possibilidade de controlo das situações.

O empowerment coloca uma importância vital na capacidade de acção. Acção conjuntamente com reflexão, mas reflexão para agir (Bossé, 1996, 2003, Ninacs, 2003). Só assim o sujeito pode tomar controlo sobre a sua vida, participar activamente no seu mundo, na sua definição.

3. Práticas de empowerment

Usar um determinado conceito não é uma escolha inocente ou neutra. Cada conceito apresenta-se com uma agenda própria que devemos estar conscientemente empenhados a prosseguir se o utilizarmos. É o que se passa com o empowerment, que em especial, por lidar com o conceito de poder, se torna extremamente politizado e “difícil” de operacionalizar.

Segundo Yann Le Bossé (1996, 2003), os postulados da perspectiva de empowerment são os seguintes:

1. em primeiro lugar, a perspectiva de empowerment reconhece e implica a complementaridade das competências dos actores em jogo, isto é, implica uma redefinição das práticas profissionais, no sentido do trabalho entre parceiros. Na relação profissional estão em jogo diferentes tipos de competências, por um lado as do profissional enquanto perito técnico, e por outro, as competências da experiência de uma determinada biografia, da experiência de vida que qualquer cliente traz. As várias competências são igualmente importantes para o processo de ajuda, embora sejam diferentes. O papel dos interventores numa perspectiva de empowerment é antes de mais o de parceiros colaboradores, facilitadores dos processos de mudança. Os interventores não são vistos como os detentores do verdadeiro conhecimento ou como peritos inquestionáveis e incontestáveis. O sujeito-cliente é o perito na sua vida, e no seu processo de mudança. O *locus* do poder deve estar no indivíduo. Esta

asserção leva a uma necessária “suspensão da descrença” nas potencialidades e capacidades dos sujeitos, exige que se tratem os clientes com respeito verdadeiro, como pares no processo de mudança, e que se assuma a defesa do sistema cliente. Isto é, temos de assumir uma prática de *advocacy*, entendida como sendo a representação e defesa do cliente junto das instituições públicas e sociais, e da sociedade em geral. Por vezes, no trabalho com as populações mais marginalizadas e vulnerabilizadas, a defesa é aparentemente contra o próprio sistema cliente, que reproduz as valorizações negativas, da sua dominação.

Ao suspendermos a nossa descrença, a acção consequente é a da validação do sistema cliente, o que comporta o reconhecimento das suas capacidades de expressão e partir dessa expressão no processo de ajuda.

2. em segundo lugar, o empowerment enfatiza a acção, a capacidade de acção de cada sujeito para prosseguir os seus objectivos e ganhar controlo sobre a sua vida.
3. mas este agir é um agir em conjunto. O empowerment salienta a importância da acção colectiva na alteração dos equilíbrios de poder. A prática de empowerment conduz-nos sempre à noção de comunidade, pois, como defendia Freire, ninguém se liberta sozinho – os homens libertam-se em comunhão (Freire 1975), libertamo-nos uns aos outros. A consciência crítica, ou conscientização, traduz a ideia de que o individual é político. Podemos considerar vários níveis na consciencialização: temos antes de mais a consciência colectiva (o indivíduo, grupo ou comunidade não estão isolados num problema); numa dimensão mais alargada do colectivo temos a consciência social (os problemas quer individuais quer colectivos são influenciados pela organização social) e por fim a consciência política (as soluções dos problemas, que radicam na estrutura e organização sociais, passam necessariamente pela mudança social, e portanto pela acção política) (Ninacs 1995:79). A consciência crítica, por sua vez, exige a participação na vida colectiva, numa acepção de cidadania activa.
4. outro pressuposto do empowerment é a acção preferencial junto de populações excluídas e marginalizadas. Se a meta é o aumento de poder, é fácil percebermos que a atenção recaia antes de mais sobre os que têm menos poder, sobre os que são contemplados com parcelas injustamente diminuídas de poder.
5. por fim, a perspectiva de empowerment pressupõe a acção em diferentes níveis e dimensões de análise, distintos mas interdependentes. Envolve nomeadamente os níveis individual, grupal, organizacional e comunitário. Embora tendo dinâmicas e processos próprios, cada nível está indissolivelmente ligado aos outros, influenciando-se mutuamente, sendo que o empowerment conseguido num nível potencializa pos-

síveis ganhos de poder noutro nível. Mas se é certo que as mudanças num dos níveis estão ligadas a mudanças noutros níveis, não o estão de forma determinante ou necessária. Portanto, não é correcto estar a pensar que se se trabalhar apenas um nível ou aspecto do empowerment, os outros se lhe seguirão sem que eu os trabalhe explicitamente. Temos sempre de ter estratégias específicas para cada nível. O empowerment total tem de levar em conta os diferentes níveis. Deste modo, o conceito de empowerment remete-nos para a velha questão do micro-macro, mais uma vez salientando que é errado fazer tal divisão na prática.

4. Modernidade tardia: pluralidade, fragmentação, individualização

Uma das mais importantes dinâmicas da actual fase da modernidade é a pluralidade de discursos, a fragmentação das lógicas, a predominância da diversidade (Beck, 1998, Giddens, 1997, 1998). A valorização do indivíduo acentua precisamente a validação das escolhas de cada um, exponencializando a diversidade e a pluralidade (Beck, Giddens, Lash, 2000).

Quando a ênfase é colocada nas identidades do Eu, temos maior pluralidade de discursos, de “verdades”. Quando a ênfase se encontra nas identidades colectivas do Nós, tal facilita a elaboração de “grandes narrativas”, discursos mais homogéneos e integradores. Na primeira modernidade, ainda se evidenciavam os discursos claramente hegemónicos, particularmente narrativas teleológicas, dos sentidos sociais. O serviço social, precisamente um dos filhos mais vigorosos desta primeira modernidade, alcançou nessa fase o seu próprio discurso hegemónico (Parton, 1996).

No actual contexto de pluralidade e fragmentação, tornou-se mais difícil, também para o serviço social, a manutenção da sua unidade e especificidade. Por isso se salienta hoje uma maior diversidade quer no campo teórico, quer metodológico, quer prático, quer ainda axiológico do serviço social.

O serviço social tem vindo a enfrentar uma série de desafios identitários importantes, que vemos como um processo que visa a recriação do serviço social para o novo período da modernidade no qual começamos a viver (Parton, 1996). Neste momento, gostaríamos de referir apenas alguns desses desafios, centrados directamente nas práticas do trabalho social. São desafios que evidenciam uma dupla tensão sobre o serviço social, exercido quer pelas disposições políticas, quer pela própria sociedade: o serviço social é pressionado, por um lado, à standartização, de medidas, de soluções, de procedimentos, e por outro lado, à diversidade, à flexibilidade, à criatividade. Esta tensão vem juntar-se à ambiguidade do duplo mandato do serviço social de controlar e disciplinar (normalizar), e emancipar / transformar (Parton, 1996).

Por um lado, temos a necessidade de redefinição do relacionamento profissional com os sistemas cliente. A valorização do cliente, do seu poder, o estatuto de parceiro na relação de ajuda, parece-nos fazer parte deste processo de por em questão o serviço social. Velhas posturas técnicas têm de ser ultrapassadas, distâncias sociais têm de ser diminuídas, e o poder do profissional tem de ser re-equacionado em favor do cliente.

No nível organizacional as mudanças também se multiplicam. As relações nomeadamente de vínculo laboral dos profissionais de serviço social tornam-se mais incertas e precárias, aumenta a rotatividade dos técnicos, trabalha-se em projectos temporários, depende-se de financiamento incerto, em organizações flexíveis e ad-hoc (Toffler, 1980).

O serviço social também tem de adaptar-se às profundas mudanças no Estado Social: assumpção de esquemas variados de *policy mix* na prestação de bens e serviços de bem-estar social, certa tendência, variável de país para país, de residualização e privatização dos direitos sociais, ênfase no controlo de gastos sociais, preferência por medidas de capacitação individual para a integração social, e medidas de curto prazo.

A todos os níveis, o serviço social tem de responder ao desafio da despolitização dos problemas e das intervenções (Joaquim, 2008), e à instrumentalização dos profissionais (que, contudo, sempre existiu).

Vários estudos nacionais e internacionais (Andrade 2001 a, Gutiérrez, DeLois, GlenMaye 1995; Gutiérrez, GlenMaye, DeLois 1995 entre muitos outros) têm vindo a mostrar. Faz-se predomínio das intervenções individualizadas relativamente às intervenções de mudança social, ou seja, o predomínio dos aspectos individuais e psicológicos relativamente aos aspectos sócio-políticos sobretudo uma intervenção centrada nas necessidades urgentes, sem que pareça haver recursos, temporais, humanos e outros, para processos de intervenção mais globais de mudança sócio-política. Afinal, a mudança dos indivíduos acaba por parecer mais acessível e controlável do que a mudança das estruturas, sentida como muito mais difícil e incerta.

Em face desta situação, não é de estranhar que se evidenciem nos trabalhadores sociais sentimentos de resignação face ao contexto adverso (Joaquim, 2008) e a persistência de uma auto-imagem não muito positiva. Parece-nos que o exercício coarctado do serviço social, espartilhado na sua missão de mudança social, ajuda fortemente à existência destes sentimentos.

5. (Re)Construindo o serviço social: que *empowerment*?

O serviço social sempre foi caracterizado pela diversidade: de papeis, de públicos-alvo, de organizações, de metodologias. O contexto presente parece-nos

salientar este facto, e não simplesmente aumentá-lo. Hoje em dia o serviço social está mais vulnerável à desconstrução / reconstrução permanente dos seus modelos e finalidades. Entende-se que está mais sujeito a uma “maior diversidade, incerteza, fragmentação, ambiguidade e mudança” (Parton, 1996: 12). O serviço social já não tem uma solução clara e inquestionável a oferecer aos seus públicos-alvo, mas está em processo de procura. As situações de incerteza são simultaneamente ameaças e oportunidades.

Pensamos o empowerment como uma via útil na recriação do serviço social. Um conceito que ajuda o serviço social a encontrar e a re-centrar-se em finalidades legitimadoras, e a enfrentar as dinâmicas societais. Um conceito que obriga o serviço social a redefinir-se e a empenhar-se nessa redefinição. Que obriga à reflexividade séria e constructiva.

O empowerment volta a enfatizar a união do sujeito com o seu contexto, a indissolubilidade dos vários níveis de análise da pessoa-na-situação, a união do micro e macro da prática social. A perspectiva de empowerment volta a alinhar o serviço social com a procura da justiça social e da mudança social com vista ao desenvolvimento de cada ser humano e das sociedades que formam, valores que o serviço social quer continuar a assumir como seus.

Sabemos que o contexto social, económico, político e cultural, favorece e promove um empowerment sobretudo ao nível individual. Não deixa de ser empowerment, mas é um empowerment incompleto, vulnerável. O empowerment que só é intencionalmente desenvolvido ao nível individual parece-nos ser um empowerment “coxo”, espartilhado nas suas potencialidades. É necessário investir nas outras dimensões, e para tal também é preciso apostar mais na formação nas técnicas e processos de mudança colectiva e sócio-política. O mesmo é dizer do trabalho social centralizado na intervenção com os indivíduos e suas famílias, mas que trabalha pouco a dimensão mais macro da intervenção. Foi o próprio trabalho social que tomou a si a missão da justiça social, da transformação social. Se não desenvolve esta missão do mesmo modo que o relacional-psico, então é um trabalho social que fica aquém de si mesmo.

Mas estarão os profissionais preparados para agir no macro? Pensamos que provavelmente não. Por exemplo, do ponto de vista académico, temos valorizado a intervenção individual, e descurado o ensino/aprendizagem das metodologias de mudança social. Do mesmo modo que os aspectos da intervenção psicossocial são aprendidos, também é necessário formar os trabalhadores sociais nos processos e técnicas próprios da mudança sócio-política. Há que estabelecer um melhor equilíbrio entre estas duas especificidades, uma vez que o que é pretendido é uma conjugação harmoniosa dos dois aspectos na prática do trabalho social. No contexto português, este défice de competências não é apenas uma questão formativa, é também uma questão de cultura cívica da sociedade portuguesa, isto é, da limitada cultura cívica geral.

A transformação social dos (des)equilíbrios de poder não acontece como dádiva de quem tem mais poder: é preciso lutar por essa transformação, de modo intencional e contínuo. É fundamental que os trabalhadores sociais invisitem nos processos de mudança sócio-política, aprendendo e praticando formas de mudança social e não apenas pessoal. É fundamental que participem dos processos de decisão política, que o queiram fazer, o saibam fazer e que lutem por isso.

6. Conclusões

Será então o *empowerment* uma utopia ou uma distopia? Cremos que o *empowerment* é não só possível, como particularmente necessário como valor e prática do serviço social na actualidade. Mas este conceito exige um empenho maior na missão do serviço social e dos trabalhadores sociais para com a justiça social e para com mudança social. Se não for assim, então o *empowerment* será mais utopia do que um “inérito viável”, será mais desejo do que realidade.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Marília, (2001 a), *Serviço Social e mutações do agir na modernidade*, documento policopiado, dissertação de Doutoramento em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de S.Paulo / ISSS Lisboa.
- ATKINSON, Rob (1999), *Discourses of partnership and empowerment in contemporary british urban regeneration*, *Urban Studies*, 36(1), pp. 59-72.
- BECK, Ulrich (1998), *Risk Society*, London: Sage Publications.
- BECK, Ulrich (2000), “A reinvenção da política – rumo a uma teoria da modernidade reflexiva”, in Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização reflexiva*, Oeiras: Celta Editora, pp. 1-51.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000), *Modernização reflexiva*, Oeiras: Celta Editora.
- BOEHM, Amnon; STAPLES, Lee (2002), *The functions of the social worker in Empowering: the voices of consumers and professionals*, *Social Work*, 47(4), pp. 449-460.
- BOSSÉ, Yann Le (1996), *Empowerment et pratiques sociales: illustration du potentiel d'une utopie prise au sérieux*, *Nouvelles Pratiques Sociales*, vol. 9, n.º 1, pp. 127-145.
- BOSSÉ, Yann Le (2003), *De l'«habilitation» au «pouvoir d'agir»: vers une appréhension plus circonscrite de la notion d'empowerment*, *Nouvelles Pratiques Sociales*, vol.16, n.º 2, pp. 30-51.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2001), *Ação social e os saberes*, *Intervenção Social*, n.º 23/24, pp. 339-349.
- CLEGG, Stewart (1989), *Frameworks of power*, London: SAGE Publications.
- COHEN, Marcia (1998), *Perceptions of power in client/worker relationships*, *Families in Society*, 79(4), pp. 433-442.
- FREIRE, Paulo (1975), *Pedagogia do oprimido*, Porto: Afrontamento.
- FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.

- GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*, 2.^a ed., Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1998), *As consequências da modernidade*, 4.^a ed., Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2000), *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*, Oeiras: Celta Editora.
- GUTIÉRREZ, Lorraine; DELOIS, Kathryn; GLENMAYE, Linnea (1995), *Understanding empowerment practice: building on practitioner-based knowledge*, *Families in Society*, 76, pp. 534-542.
- GUTIÉRREZ, Lorraine; GLENMAYE, Linnea, DELOIS, Kathryn (1995), *The organizational context of empowerment practice: implications for social work administration*, *Social Work*, 40(2), pp. 249-258.
- JOAQUIM, Henrique (2008), *O serviço social nos centros sociais e paroquiais*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- NINACS, William (1995), *Empowerment et service social: approches et enjeux*, *Service Social*, vol.44, n1, pp. 69-93.
- NINACS, William (2003), *Empowerment: cadre conceptuel et outil d'évaluation sociale et communautaire*, disponível em <http://envision.ca/pdf/w2w/Papers/NinacsPaper.pdf>, acessado a 7/11/2008.
- O'MALLEY, Pat (2004), *Risk, uncertainty and government*, London: The Glass House Press
- O'MALLEY, Pat (2008), "Governmentality and risk", in Zinn, Jens (Ed.) (2008), *Social theories of risk and uncertainty – an introduction*, pp. 52-75, Oxford: Blackwell Publishing
- PARTON, Nigel (Ed.) (1996), *Social Theory, Social Change and Social Work*, London: Routledge.
- PAYNE, Malcolm (1991), *Modern social work theory: a critical introduction*, London: Macmillan.
- PERKINS, Douglas; ZIMMERMAN, Marc (1995), *Empowerment theory, research and application*, *American Journal of Community Psychology*, vol. 23(5), pp. 569-579.
- PINTO, Carla (1998), "Empowerment: uma prática de serviço social", in Barata, Óscar Soares (coord.), *Política Social 1998*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 245-277.
- SELIGMAN, Martin (1975), *Helplessness: on depression, development and death*, New York/San Francisco: W.H.Freeman and Company.
- SMART, Barry (1985), *Michel Foucault*, London: Routledge.
- Thematic Focus Group – European Commission (1999), *Empowerment: a new way of looking at inclusion and strategies for employment*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- TOFFLER, Alvin (1980), *A Terceira Vaga*, Lisboa: Livros do Brasil.
- ZIMMERMAN, Marc (2000 a), *Models of community change: a brief analysis*, in Actas II Congresso Europeu de Psicologia Comunitária, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 9-15.
- ZIMMERMAN, Marc (2000 b), *Empowerment and community participation: a review for the next millennium*, in Actas II Congresso Europeu de Psicologia Comunitária, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 17-42.
- ZIPPAY, Allison (1995), *The politics of empowerment*, *Social Work*, 40(2), pp. 263-267.